

EMPIRISMO E ESTRUTURALISMO NOS «ESTUDOS LOCAIS».  
UMA LEITURA DO PROJECTO C. U. R. S.

Depois de um longo período em que os processos locais foram negligenciados na análise geográfica em benefício dos mecanismos económicos e sociais de âmbito mais amplo, no quadro da perspectiva marxista, ressurgiram, nos chamados «localities studies», as abordagens de experiências locais.

Em meados dos anos 80, foram estudadas as políticas de desenvolvimento das autoridades locais em 7 «localities», entendidas como bacias de emprego, no âmbito do projecto de investigação «Changing Urban and Regional System» (CURS), do Economic and Social Research Council (ESRC) no Reino Unido <sup>(1)</sup>.

A questão de investigação que se procurara resolver foi «porque é que certas políticas se aplicam em locais específicos?», demonstrando-se nesse processo que o «local», isto é, a geografia, pode fazer diferença e pode ter, por isso, um lugar importante no quadro explicativo da acção dos poderes públicos locais.

As experiências relatadas nesta obra <sup>(2)</sup> e a metodologia utilizada sugerem-nos, sobretudo, uma reflexão de carácter teórico-metodológico.

O livro está estruturado em 9 capítulos, sendo o primeiro uma introdução que situa a problemática teórica do Estado e do Poder Local e faz uma síntese histórica das políticas territoriais, a cargo de C. PICKVANCE. É um capítulo que não traz nenhum contributo inovador no plano teórico, constituindo, todavia, uma boa síntese da bibliografia sobre o tema. Os sete capítulos seguintes apresentam cada um deles um caso de estudo. No capítulo 9, J. URRY expõe as conclusões.

Mais do que enumerar as medidas tomadas por cada uma das autoridades locais referidas no livro, importa, como se disse, reflectir sobre as implicações teóricas e metodológicas da utilização deste tipo de abordagem.

---

<sup>(1)</sup> O projecto foi lançado em 1984 e implementado entre 1985 e 1987 sob a coordenação de P. COOKE, Editor da primeira publicação saída do projecto — *Localities: the changing face of urban Britain*, UNWIN & HYMAN, 1989. O texto que analisamos nesta nota é o segundo livro saído do projecto — M. HARLOE *et al.* (Eds.), *Place, Policy and politics. Do localities matter?*, UNWIN & HYMAN, 1990.

<sup>(2)</sup> As áreas «localities» estudadas foram: Swindon, Teeside, Merseyde, South-West Birmingham, Cheltenham, Lancaster e a ilha de Thanet.

Isto remete-nos para a discussão em curso no seio das ciências sociais em geral e da Geografia Humana em particular, como resultado das críticas à abordagem marxista ou, talvez melhor, a um certo marxismo, isto é, da negação da perspectiva de uma totalidade social dominada pela estrutura de relações económicas, reacções que podemos englobar no movimento mais amplo do pós-modernismo.

Os investigadores participantes neste projecto tiveram, todos ou quase todos, um posicionamento teórico marxista que evoluiu para uma perspectiva, a qual, não negando a importância dos mecanismos da economia capitalista, não subordina tudo às leis da acumulação e à luta de classes. Adoptam, sem explicitar, o «realismo» como concepção de ciência e método de investigação, no sentido em que a complexidade do território não é explicada por um conjunto limitado de mecanismos, os contemplados pela análise marxista, por exemplo, mas através das diferentes articulações locais dos mecanismos causais identificados previamente por abstracção.

Desta proposta metodológica retenho a existência de dois níveis conceptuais, o abstracto e o concreto, e, por outro lado, a necessidade de identificar previamente as mediações relevantes para a explicação. A introdução daquele segundo nível — concreto — caracterizado pelas relações contingentes que se estabelecem, torna pertinente e indispensável este tipo de «estudo local» como passo intermédio no processo de explicação.

É uma metodologia influenciada pelas ideias que DOREEN MASSEY e ANDREW SAYER, entre outros, defenderam no início da década de 80 sobre a necessidade de analisar as diferenças espaciais do processo de reestruturação económica então em curso no Reino Unido, ou seja, a necessidade de analisar o modo específico como os mecanismos globais eram mediados (articulados) em cada uma das áreas («locality») como consequência das suas diferentes características geográficas, históricas e culturais.

A questão central que este trabalho me coloca mas não resolve é a de saber como partir destes estudos locais para uma generalização e explicação global. Ou seja, quando chegamos ao fim deste livro temos sete estudos locais bem estruturados e uma questão por resolver — como explicar (compreender) os padrões geográficos resultantes dos processos económicos e sociais em curso em todo o país (por exemplo, a reestruturação económica ou a acção do poder local na estruturação do território), a partir desta evidência empírica?

Os resultados teóricos deste trabalho pouco acrescentam ao que já se adquirira e nada adiantam quanto à questão central que ficou em aberto, e que é como passar da «investigação intensiva» para a «investigação extensiva», no sentido em que HARRÉ, citado por SAYER, utiliza as expressões. Por outras palavras, como ultrapassar a situação de praticantes de uma «ciência de casos únicos» em que acabam por se encontrar todos aqueles que utilizam esta metodologia. Com efeito, se os «contextos» são específicos, no tempo e no espaço, a passagem do

nível abstracto para o concreto implica passar de uma argumentação de carácter geral para uma outra que é histórica e espacialmente definida.

Por outro lado, a identificação que parece ser feita entre o conceito de «local» e os de empírico ou real, pode conduzir este tipo de abordagem a uma nova forma de empirismo, sem ao mesmo tempo eliminar totalmente os aspectos negativos do estruturalismo. Com efeito, parte substancial da interpretação feita consistiu em encaixar as observações e resultados da pesquisa empírica em categorias teóricas pré-definidas.

Considerando o perfil dos investigadores <sup>(3)</sup> envolvidos e apesar de ser datado de meados dos anos 80, julgo que o projecto CURS deveria ter ido mais longe no plano teórico. Daí alguma insatisfação na leitura deste livro. Não obstante isso, as experiências relatadas, nas suas três vertentes — as condições (económicas, políticas e culturais) que enquadraram a acção das autoridades locais, os recursos (históricos, geográficos, financeiros e organizacionais) de que dispuseram e as estratégias seguidas e os seus resultados — justificam a leitura desta obra por investigadores, estudantes, políticos e técnicos das autarquias locais.

Apesar das insuficiências ainda existentes e aqui sumariamente referidas, julgo que esta abordagem tem vantagens sobre o empirismo e o estruturalismo que têm dominado a Geografia Humana nas últimas décadas. Resolver aquelas dificuldades é uma tarefa indispensável para a plena aceitação daquilo que parece configurar um novo paradigma do pensamento geográfico.

*CARLOS NUNES SILVA*